

Cenários de saúde, trabalho e vida no município de Casimiro de Abreu (RJ): apontamentos para uma ação pública local voltada ao trabalho agrícola

Health, work and life scenarios in Casimiro de Abreu (RJ): notes for a local public action focused on agricultural work.

Valéria dos Santos Pinto da Silva¹, Élide de Albuquerque Campos², Vanessa Índio do Brasil da Costa³, Fernanda de Albuquerque Melo Nogueira⁴, Ubirani Otero⁵, Marcia Sarpa⁶
(Participação dos Integrantes do Grupo Técnico de Promoção da Saúde do Trabalhador Rural de Casimiro de Abreu⁷)

¹ Pesquisadora visitante da Área Técnica Ambiente, Trabalho e Câncer da Coordenação de Prevenção e Vigilância do Câncer do Instituto Nacional do Câncer – INCA. Mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0952-8314> e e-mail: valeriaspsilva2021@gmail.com

² Analista de Vigilância em Saúde do Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS/RJ). Doutora em Ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1604-8845> e e-mail: elidacamp@gmail.com

³ Pesquisadora visitante da Área Técnica Ambiente, Trabalho e Câncer da Coordenação de Prevenção e Vigilância do Câncer do Instituto Nacional do Câncer – INCA. Doutora em Vigilância Sanitária no INCQS, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0360-143X> e e-mail: vindiobrasil@hotmail.com

⁴ Tecnologista Senior da Área Técnica Ambiente, Trabalho e Câncer da Coordenação de Prevenção e Vigilância do Câncer do Instituto Nacional do Câncer – INCA. Doutora em Informação e Comunicação em Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0331-3873> e e-mail: fernanda.nogueira@inca.gov.br

⁵ Tecnologista Senior da Área Técnica Ambiente, Trabalho e Câncer da Coordenação de Prevenção e Vigilância do Câncer do Instituto Nacional do Câncer – INCA. Doutora em Ciências (Saúde Pública) pela Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1464-2410> e e-mail: uotero@inca.gov.br

⁶ Tecnologista Senior da Área Técnica Ambiente, Trabalho e Câncer da Coordenação de Prevenção e Vigilância do Câncer do Instituto Nacional do Câncer – INCA. Doutora em Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8976-4653> e e-mail: marcia.sarpa@inca.gov.br

⁷ Integrantes do GT Casimiro de Abreu: Anselmo Nazario, Arlene Gaspar, Gilberto Santos Aguiar, Jaime Lima Franch, Janas, Janas D'Ark dos Santos Barros Siqueira, Otassano de Souza Panetto, Renata Gomes de Sousa, Rodrigo Gaecia Alvin e Simone Dutra Motta.

Recebido em: 01 mar 2323. Aceito em: 10 jul 2323

Resumo

O espaço rural é mais que a dimensão agrícola, é um sistema complexo que aproxima a agroecologia da saúde. Compartilhar uma experiência de construção coletiva para ações públicas no nível municipal é relevante. Em Casimiro de Abreu (RJ), foram realizados grupos de discussão com agricultores(as) para conhecer a relação saúde e trabalho, estimular a expressão de necessidades e a definição do modelo local.

Palavras-chave: Saúde Pública, Agricultura sustentável.

Abstract

The rural space is more than the agricultural dimension, it is a complex system that approximates agroecology to health. Sharing an experience of collective construction for public actions at the municipal level is relevant. In Casimiro de Abreu (RJ), discussion groups were held with farmers to learn about the relationship between health and work, encourage the expression of needs and define the local model.

Keywords: Public health, Sustainable agriculture,

INTRODUÇÃO

A Assembleia Geral das Nações Unidas de dezembro de 2017 (ONU, 2017) aprovou a resolução A/RES/72/239 pela qual proclamava a Década das Nações Unidas para a

Agricultura Familiar (2019-2028). O Ato teve como objetivo mobilizar e focar os esforços da comunidade internacional com vistas a trabalhar, coletivamente, na formulação e implementação de políticas econômicas, ambientais e sociais voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. Ressalta-se a relevância dessa modalidade de produção agrícola, pois produz mais de 70% da comida mundial, possui potencial para aumentar a sustentabilidade ambiental, fornecer alimentos tradicionais que contribuam para dietas saudáveis e ainda preservar o patrimônio cultural das populações do campo.

No Brasil, a conceituação de agricultura familiar foi ensaiada em diferentes documentos legais, até ser sancionada no ano de 2006 a Lei 11.326 que institui a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Brasil, 2006). No entanto, foi a partir das pressões por uma produção de alimentos saudáveis e pelo avanço da pauta da conservação dos recursos naturais que o governo lança por meio do Decreto 7.792/12 a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e institui planos para sua implementação (Brasil, 2012).

Apesar dessas diretrizes, o estado do Rio de Janeiro seguiu a direção contrária. O estado mais urbano do Brasil, com quase 97% da população vivendo em áreas consideradas urbanizadas, está entre os entes federados com maior crescimento da comercialização de agrotóxicos por área plantada (kg/ha) em 2014, quando comparado ao ano anterior (2013) com Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul (Brasil, 2018).

Em 2019, o governo do estado do Rio de Janeiro sancionou a Lei Nº 8.625 instituindo a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, Agroecologia e de Produção Orgânica que estabelece princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos destinados a fomentar a produção agropecuária sustentável de base agroecológica de origem rural, urbana e periurbana (Rio De Janeiro, 2019). Em 2022, foi aprovada a Lei Nº 9.822 que destina recurso para sustentabilidade financeira da política estadual, mas que não assegura a inclusão de recursos na lei orçamentária anual a qual compreende o orçamento fiscal referente aos municípios (Rio De Janeiro, 2022).

Em estudo recente, Guéneau *et al.* (2019) analisaram os processos de construção das Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPOs) em onze estados

brasileiros entre 2010 e 2019 e discutiram o papel dos instrumentos jurídicos - projetos de leis, leis e decretos na institucionalização da agroecologia. Os autores ressaltaram que, apesar de retrocessos políticos e econômicos na esfera federal, os governos estaduais podem se tornar protagonistas no suporte à agricultura familiar e na institucionalização da agroecologia, quicá, os governos municipais.

A relação saúde coletiva e agroecologia já estava colocada antes mesmo do marco da X Conferência Nacional de Saúde (1996) conforme destaca estudo de Búrigo e Porto:

Desde a X CNS (1996), o debate sobre a agroecologia estava presente em espaços da saúde pública, mas, somente a partir dos anos 2000, começaram a ser publicados os primeiros trabalhos acadêmicos na saúde coletiva, bem como foi sendo construído um conjunto de políticas públicas (inter)setoriais de integração da pauta agroecológica ao SUS (Búrigo e Porto, 2019, p. 258).

Os autores acrescentam ainda que os processos de formulação e implementação de políticas nos três níveis da esfera pública tem produzido um conjunto diverso de experiências agroecológicas que precisam ser objeto de atenção, pois caminhos alternativos estão sendo construídos em diferentes territórios (Búrigo e Porto, 2019).

O presente relato apresenta a experiência de conhecer a relação saúde e trabalho no cenário da produção agrícola de um território, a partir da perspectiva da população do campo, para subsidiar o poder público municipal no planejamento de ações em saúde.

Para cumprir este objetivo fez-se uso de um modelo organizativo proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) concebido para contribuir na formulação de políticas ambientais e de saúde, bem como de indicadores, ao sistematizar conhecimentos técnico-científicos disponíveis (Araújo-Pinto, 2011; Giardini *et al.*, 2017). Apesar de modelos apresentarem limitações, quando se restringem a estabelecer associações lineares de causalidade em cenários complexos marcados por relações multicausais e sinérgicas (Rigotto, 2003), continuam mostrando-se relevantes. Encontramos na literatura iniciativas de construção do modelo utilizado incorporando os saberes, os conhecimentos práticos, dos atores sociais inseridos nas situações de risco, apresentando também potencialidades para promover a participação social, na transformação dos cenários de riscos à saúde do(a) trabalhador(a) e ao ambiente (Quintino, 2009; Reis *et al.*, 2017).

MATERIAL E MÉTODO

O processo para construção do cenário de saúde, trabalho e vida de trabalhadores e trabalhadoras agrícolas foi realizado no período de novembro de 2017 a março de 2018 no município de Casimiro de Abreu, estado do Rio de Janeiro. O trabalho foi mediado pela equipe de pesquisa vinculada à Área Técnica Ambiente, Trabalho e Câncer da Coordenação de Prevenção e Vigilância do Câncer do Instituto Nacional do Câncer – INCA.

O desenho completo da pesquisa e a busca por financiamento pela área técnica decorreu da interlocução estabelecida com a Coordenação do Programa de Saúde do Trabalhador do serviço de Vigilância em Saúde da Secretaria de Saúde do município de Casimiro de Abreu após a identificação de um aumento no número de casos de câncer entre os trabalhadores(as) agrícolas.

Localizado a 140 km da capital, o sistema de produção agrícola no município de Casimiro de Abreu é o da agricultura familiar - desenvolvido em pequenas propriedades, administrada por uma família, que emprega mão de obra do núcleo familiar e possui maior diversidade produtiva, porém menor infraestrutura e apoio técnico e financeiro (Brasil, 2019). Segundo o censo demográfico de 2010, a população do município era de 35.347 pessoas. O sistema IBGE Cidades, atualiza este dado estimando uma população de 45.864 pessoas para o ano de 2021 e coloca o município ocupando a 9ª posição na produção de banana e a 13ª posição na produção de mandioca no ranking dos municípios produtores do estado do Rio de Janeiro neste ano (IBGE, 2010).

Para conhecer a relação saúde e trabalho a partir da perspectiva da população do campo foram realizados grupos de discussão com os(as) trabalhadores(as) agrícolas de diferentes regiões do território. Os critérios para a definição da quantidade de grupos bem como para a sua composição foram analisados e definidos pela equipe técnica da pesquisa em conjunto com um Grupo de Trabalho (GT), formado no município desde meados do ano de 2010.

É importante destacar o marco da constituição deste GT no município pois, para além de ter tido um papel crucial para consecução dos objetivos da pesquisa, retrata uma lógica de trabalho articulada que aproxima diversos setores, diferentes serviços e especialidades, com vistas a desenvolver práticas integrais - a prescrita intersectorialidade (Brasil, 2009). A partir de um caso de câncer de pulmão que teve seu nexos causal associado ao uso de agrotóxicos estabelecido por um médico da Estratégia da Saúde da Família, o Programa de Saúde do Trabalhador da Secretaria de Saúde do município mobilizou a formação do grupo que deflagrou um mapeamento dos casos de adoecimento e óbitos na área rural. Os dados levantados embasaram a proposta de cooperação encaminhada à área técnica do INCA.

O GT foi fundamental na análise e reconhecimento das especificidades dos tipos de cultivos no território, com características serrana e litorânea, e sua influência nos processos e condições de trabalho. Estas análises culminaram na definição por realizar três grupos de discussão com trabalhadores(as) que utilizam agrotóxicos no cultivo: um na região do Visconde, um segundo na região da Serra – no Quilombo, e o terceiro na região do Ribeirão. Foi ponderada ainda a existência de agricultores(as) em processo de transição agroecológica, caracterizados por um modelo de cultivo com práticas substitutivas ao uso de agrotóxicos, dispersos nas diferentes regiões do município. Outros critérios de elegibilidade para participação nos grupos de discussão foram definidos - trabalhadores e trabalhadoras que têm na agricultura a principal fonte de renda, com idade igual ou maior a 18 anos de idade e residentes no município. Assim, ficou definida a realização de um quarto grupos de discussão com agricultores(as) em transição agroecológica.

O investimento de tempo e o empenho na comunicação-convite aos(as) trabalhadores(as) agrícolas para participarem foi um ponto que requereu atenção. O horário para realização dos grupos de discussão, com duração estimada em duas horas, foi consensuado para após a jornada de trabalho diária, facilitando a adesão. A projeção foi de que para cada 20 trabalhadores e trabalhadoras convidados(as) fosse alcançada a quantidade de oito a 12 participantes por grupo.

Para impulsionar as discussões, os mediadores da equipe técnica da pesquisa seguiram os componentes de análise que integram o modelo organizativo - FPSEEA, proposto pela OMS para sistematizar cenários complexos de produção de riscos em suas múltiplas relações de determinação. O modelo propõe cinco níveis de análise: Força Motriz, Pressão, Situação, Exposição, Efeito, bem como as principais ações para controle, prevenção e promoção que podem ser desenvolvidas em cada nível. Trata-se de um modelo que revela a necessidade de integrar as análises dos efeitos dos riscos ambientais para a saúde das populações, com o desenvolvimento e implementação de processos decisórios, políticas públicas e práticas de gerenciamento de riscos (Barcellos e Quitério, 2006; Briggs, 2008).¹

O modelo foi utilizado como orientador do processo de discussão e construção coletiva sobre as múltiplas correlações entre saúde e trabalho presentes no território. A discussão foi iniciada pelo nível de análise dos efeitos das atividades de trabalho sobre a saúde, e avançou pelos níveis de análise subsequentes até chegar aos fatores determinantes mais distais. Nesse sentido, a análise transcorreu a partir dos relatos sobre a realidade cotidiana até uma compreensão da realidade mais macro, promovendo uma compreensão ampliada e estimulando uma consciência crítica sobre os cenários locais de saúde, trabalho e vida.

As discussões nos quatro grupos foram precedidas pela apresentação da atividade proposta, leitura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e aplicação de um questionário para conhecer o perfil sociodemográfico dos agricultores(as) participantes. A pesquisa obteve aprovação ética do CEP/CONEP em 26/10/2018, número de protocolo CAAE: 64799217.3.0000.5274.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um total de 32 agricultores e agricultoras participaram das oficinas, sendo, oito da região do Visconde, seis da Serra e cinco do Ribeirão, e 13 do grupo em transição agroecológica.

¹ A aplicação deste modelo no campo das relações saúde-ambiente foi proposta por Briggs, Corvalán e Nurminen, em 1996, e permitiu, além da construção de indicadores de saúde ambiental, incluir outros temas como o dos riscos ocupacionais.

Do questionário aplicado para conhecer o perfil sociodemográfico dos trabalhadores e trabalhadoras participantes, destacamos os seguintes dados: a média de idade dos trabalhadores foi de 56 anos (desvio padrão – DP = 11,1 anos; amplitude = 20 a 73 anos). Dos 32 participantes, 20 (62,5%) foram do sexo masculino. Metade dos agricultores e agricultoras estudou até o ensino fundamental, com tempo médio de escolaridade de 7,7 anos (DP = 5,7 anos; amplitude = 0 a 20 anos). Todos os agricultores e agricultoras residiam no município de Casimiro de Abreu no momento da realização da oficina, tendo a maioria declarado ser natural do Rio de Janeiro (87,1%), casados (71,9%), ter a agricultura como principal ocupação (78,1%) e relação de arrendatário com a propriedade (32,2). As propriedades apresentaram tamanho médio de 21,8 hectares (DP = 51,4 ha; mediana = 5,0 ha; amplitude = 1 a 200 ha), sendo a extensão plantada igual a 3,6 hectares (DP = 3,2 ha; amplitude = 0,4 a 15 ha). Na **Tabela 1**, apresentamos os dados gerais do perfil sociodemográfico da população que participou deste eixo do estudo.

Para apoiar a análise dos cenários construídos a partir da perspectiva dos trabalhadores(as), o resultado das discussões nos grupos com os agricultores(as) que cultivam com uso de agrotóxicos foi consolidado em uma única representação gráfica (**Figura 1**).

Observando a sequência de respostas dadas pelos(as) agricultores(as) que cultivam com o uso de agrotóxicos às perguntas disparadoras, partindo do nível de análise dos “efeitos” do trabalho sobre a saúde, nota-se que, além de uma categoria de respostas associadas ao entendimento do trabalho com a terra como uma missão de vida e, portanto, dotada de prazer, há uma categoria expressiva de respostas, indicativas de dores e sofrimento. Outros estudos com agricultores familiares brasileiros corroboram com esse quadro de agravos decorrentes da exposição aos múltiplos riscos, entre os quais está o uso de agrotóxicos - o Veneno (Peres *et al.*, 2004; Buralli *et al.*, 2021).

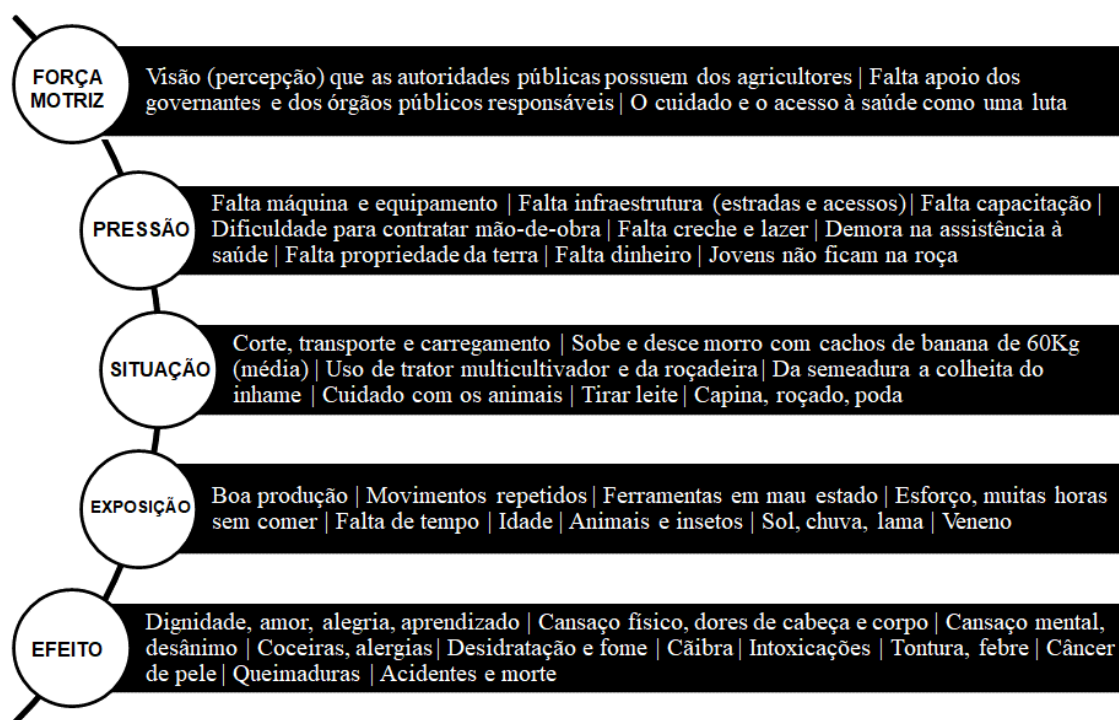
Entre as reflexões e discussões sobre as “exposições” relacionadas aos efeitos, cabe destacar dois relatos de agricultores(as), que foram registrados pelas mediadoras e indicam um reconhecimento dos perigos e danos à saúde relacionados ao cultivo com o

uso de agrotóxicos: “Me dói, porque já vi pessoa usando Round up e a criança aqui [ao lado]” e “Tem gente que quando abre o olho já está morto.”

Tabela 1: Características da população de estudo (N=32).

Características	População total		Transição agroecológica		Visconde		Serra		Ribeirão	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Sexo*										
Masculino	20	(62,5)	5	(38,5)	6	(75,0)	4	(66,7)	5	(100,0)
Feminino	12	(37,5)	8	(61,5)	2	(25,0)	2	(33,3)	0	(0,0)
Naturalidade*										
Rio de Janeiro	27	(87,1)	9	(69,2)	7	(100,0)	6	(100,0)	5	(100,0)
Outros	4	(12,9)	4	(30,8)	0	(0,0)	0	(0,0)	0	(0,0)
Escolaridade										
Ensino Superior	4	(12,5)	4	(30,8)	0	(0,0)	0	(0,0)	0	(0,0)
Ensino Médio	5	(15,6)	1	(7,7)	3	(37,5)	0	(0,0)	1	(20,0)
Ensino Fundamental	16	(50,0)	7	(53,8)	4	(50,0)	4	(66,7)	1	(20,0)
Analfabeto	7	(21,9)	1	(7,7)	1	(12,5)	2	(33,3)	3	(60,0)
Situação familiar										
Casado(a)	23	(71,9)	9	(69,2)	5	(62,5)	5	(83,3)	4	(80,0)
Separado(a) ou divorciado(a)	3	(9,4)	1	(7,7)	1	(12,5)	0	(0,0)	1	(20,0)
Viúvo(a)	1	(3,1)	0	(0,0)	0	(0,0)	1	(16,7)	0	(0,0)
Solteiro(a)	5	(15,6)	3	(23,1)	2	(25,0)	0	(0,0)	0	(0,0)
Relação com a propriedade										
Proprietário(a)	7	(22,6)	2	(15,4)	3	(37,5)	1	(20,0)	1	(20,0)
Empregado(a) registrado(a)	1	(3,2)	0	(0,0)	0	(0,0)	1	(20,0)	0	(0,0)
Empregado(a) não registrado(a)	0	(0,0)	0	(0,0)	0	(0,0)	0	(0,0)	0	(0,0)
Arrendatário(a)	10	(32,2)	8	(61,5)	0	(0,0)	0	(0,0)	2	(40,0)
Parceiro(a)	1	(3,2)	0	(0,0)	0	(0,0)	1	(20,0)	0	(0,0)
Posseiro(a)	1	(3,2)	1	(7,7)	0	(0,0)	0	(0,0)	0	(0,0)
Acampado(a)	0	(0,0)	0	(0,0)	0	(0,0)	0	(0,0)	0	(0,0)
Assentado(a)/Concessão legal	7	(22,6)	2	(15,4)	5	(52,5)	0	(0,0)	0	(0,0)
Terra cedida por outros	0	(0,0)	0	(0,0)	0	(0,0)	0	(0,0)	0	(0,0)
Meeiro	3	(9,4)	0	(0,0)	0	(0,0)	2	(40,0)	1	(20,0)
Outros	1	(3,2)	0	(0,0)	0	(0,0)	0	(0,0)	1	(20,0)
Trabalho agrícola como principal ocupação										
Não, trabalhou no passado	2	(21,9)	1	(7,7)	2	(25,0)	3	(50,0)	1	(20,0)
Sim	25	(78,1)	12	(92,3)	6	(75,0)	3	(50,0)	4	(80,0)
	N	média (DP)	N	média (DP)	N	média (DP)	N	média (DP)	N	média (D)
Idade (anos)	31	52,7 (11,07)	12	50,2 (13,0)	8	51,6 (9,6)	6	57,8 (7,6)	5	54,2 (12,5)
Tempo de estudo (anos)	25	5,2 (5,3)	7	7,7 (5,7)	8	6,3 (5,7)	6	2,3 (1,5)	4	3,0 (6,0)
Tamanho da propriedade (ha)	28	21,8 (51,4)	13	7,1 (9,7)	8	6,1 (4,3)	4	113,5 (101,3)	3	4,9 (2,0)
Área plantada (ha)	19	3,1 (3,2)	10	3,6 (4,1)	6	2,7 (2,2)	0	-	3	2,3 (1,7)

*Diferença entre agricultores em transição agroecológica e agricultura convencional (localidades: Visconde, Serra e Ribeirão) - Teste Exato de Fisher: p-valor ≤ 0,05. DP= desvio padrão.



Fonte: Elaborado pelos autores

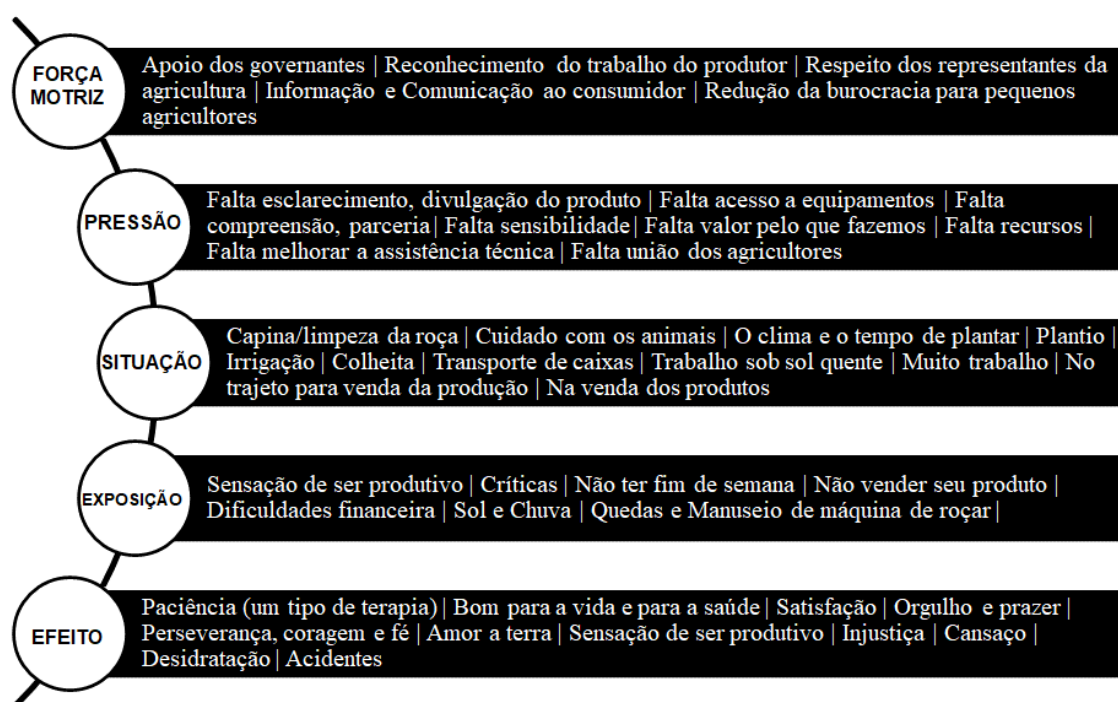
Figura 1. Representação gráfica do cenário de saúde, trabalho e vida na perspectiva dos trabalhadores(as) que cultivam com o uso de agrotóxicos no município de Casimiro de Abreu (RJ)

No entanto, no nível de análise da “situação” de trabalho, que possibilita explicitar as etapas do processo produtivo na qual as exposições ao risco se configuram, ocorre uma espécie de silêncio quanto ao uso do agrotóxico. Esse silêncio parece indicar uma negação do risco associada por vezes à uma naturalização do uso de agrotóxicos, como se essa fosse a única forma de assegurar a produção, ou ainda uma estratégia inconsciente para permanência desses(as) trabalhadores(as) em situação de exposição, como já referido por outros autores (Reis *et al.*, 2017; Buralli *et al.*, 2021).

Nos fatores mais distais de análise do cenário construído – “pressão e força motriz”, vale destacar as macrodeterminações de saúde relacionadas às condições de vida e de trabalho explicitadas pelos(as) trabalhadores(as) por meio de verbalizações como: “A gente tem direito, não tem? Tem que melhorar a estrada, precisa de creche para deixar as crianças”, “O dono da terra não quer pagar nossos jovens para trabalhar na terra”, “Vende a produção a R\$1,50 e no sacolão é vendido a R\$5,00 não dá para pagar empregado” e “A valorização do nosso trabalho faria a gente trabalhar com mais amor

ainda”. A precariedade no acesso a serviços essenciais como saúde e educação, bem como no acesso a algum lazer indicam diferenciais de exposição e de vulnerabilidade aos riscos à saúde (Sobral e Freitas, 2010; Nogueira *et al.*, 2019).

Para avançar na discussão, os resultados produzidos a partir do diálogo com os agricultores(as) em transição agroecológica também foram transcritos em uma representação gráfica (**Figura 2**).



Fonte: Elaborado pelos autores

Figura 2. Representação gráfica do cenário de saúde, trabalho e vida na perspectiva dos trabalhadores(as) em transição agroecológica no município de Casimiro de Abreu (RJ)

Partindo do nível de análise dos “efeitos” do trabalho sobre a saúde, é possível reconhecer uma similaridade com a **Figura 1**, no que se refere ao prazer em trabalhar com a terra, mas, conforme as observações das mediadoras, distingue-se algo mais - a relação de pertencimento com a terra, uma conexão e um respeito as condições naturais – um modo de estar e viver a vida. Circunstâncias por vezes avaliadas como adversas, como, por exemplo, o clima chuvoso, o calor excessivo, foram narrados como condições benéficas, que favoreciam determinadas atividades que também precisavam ser desenvolvidas.

Nesse sentido, cabe destacar a fala de uma agricultora, produtora de mudas nativas, que refletindo sobre o nível de análise das “exposições” complementa a resposta de outro(a) agricultor(a) que pontuou o sol como uma exposição: “Capinar no sol é a melhor coisa, porque você capina e quando olha pra trás [o mato] está tudo murcho”. Esta compreensão de equilíbrio, de troca, entre o que se pode obter da vida, da natureza, e o que precisa devolver confere especificidade a narrativa construída nesse grupo.

Esse balanço sensível remete ao conceito de Bem Viver tratado por Ailton Krenak, em seu texto “Caminhos para o Bem Viver”, no qual ressalta que Bem Viver diz respeito à ecologia do lugar que a gente vive, respeito ao ecossistema em que se vive (Krenak, 2020). Na rodada de discussão sobre a “situação” de trabalho, referente ao processo produtivo – a atividade, a tensão gerada pela dimensão do tempo foi reforçada. O tempo da natureza e o tempo da demanda econômica, o tempo da natureza e o tempo de vida, se confrontam.

Na análise dos fatores mais distais, culminado após intensa participação no processo de discussão, algumas falas explicitaram a consequência da falta de união e de organização dos agricultores(as). Exemplificada pela dificuldade na formação de mutirões para apoio coletivo em algumas etapas da produção. Um outro ponto muito discutido foi sobre a percepção distorcida do produto pelo cliente-consumidor, o não reconhecimento do trabalho requerido.

Ao longo do encontro, agricultores(as) demonstram uma percepção crítica da necessidade de maior organização do campo, de disseminar informações qualificadas, de mais apoio e recursos por parte dos governantes, da importância na preservação e permanência da feira local como canal de comercialização. Foi ressaltada a necessidade de “despertar” a consciência coletiva – de se unir para não desistir.

Após a discussão sobre os cinco níveis de análise do modelo, cada grupo se dedicou a propor ações para transformação dos cenários construídos. Essas ações foram organizadas seguindo as respectivas representações gráficas dos cenários (**Figura 1 e Figura 2**).

No cenário construído pelos grupos de agricultores(as) que cultivam com uso de agrotóxicos (**Figura 1**), as ações foram organizadas nos temas saúde e ações públicas gerais. A elaboração de um plano para atendimentos de urgência e emergência e um programa para orientações sobre como proceder em situações de acidentes com animais peçonhentos, estão entre as ações relacionadas ao tema saúde. Entre as ações de cunho geral, estão a oferta de uma capacitação sobre a legislação que regula a contratação de mão de obra e de uma maior disseminação de informações sobre aquisição de maquinários e ferramentas. Cabe nota, o pleito pela presença mais frequente de representantes do poder público para conhecer as demandas relacionadas à infraestrutura física e social.

No cenário construído pelo grupo de agricultores(as) em transição agroecológica (**Figura 2**), as ações foram organizadas nos temas saúde, organização social e comercialização. A criação de uma estrutura para uma assistência efetiva e capacitada à saúde do trabalhador(a) agrícola para atender situações de acidentes, foi destaque entre as ações em saúde. No tema organização social, as ações reiteraram a necessidade de retomar a prática de mutirões e de orientações sobre a constituição de associações de produtores. O fortalecimento das ações de informação e estímulo a valorização do produtor pelos consumidores e via canais de comercialização, tais como a feira local, foram relacionadas ao tema da comercialização.

Diedrich *et al.* (2021), em um estudo de caso realizado no município de Santa Clara do Sul (RS), avaliaram como as políticas públicas de apoio à agricultura Familiar promovem e efetivam o processo de transição de uma propriedade para o modelo agroecológico de produção. Segundo as autoras, além das políticas nacionais que promovem avanços para aquisição da terra (Programa Nacional de Crédito Fundiário), instalação de luz (Programa Luz para Todos), compra de equipamentos (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e comercialização de produtos (Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar), outras ações públicas no nível local são apoiadoras e estimulam a transição no modelo de cultivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O encontro da pesquisa com o modelo agroecológico revelou alternativas na direção da promoção da saúde. A experiência de conhecer a relação saúde e trabalho, a partir da perspectiva da população do campo, indicou a relevância de compreender o que vem a ser Bem Viver em cada território, suas necessidades, inclusive de conhecimento e pesquisa, e o respectivo modelo agroecológico.

Conhecer desenhos de ações públicas no nível municipal é importante, mas não suficiente, pois cada território tem seu histórico e especificidades. As ações locais devem contemplar a geração de vantagens econômicas que promovam a transição para um modelo de produção que incorpora princípios da sustentabilidade, soberania e segurança alimentar, economia solidária, justiça social e ambiental. Devem também considerar a disseminação de informação, mais diálogo e educação para que os laços de pertencimento para um Bem viver sejam estimulados em fóruns diversos, apoiando a organização comunitária local e a participação de atores da educação, turismo e cultura.

Sem fomento à agricultura familiar não há agroecologia. A agroecologia é aderente a agricultura familiar porque necessita de maior ação humana. A agroecologia é capaz de impulsionar ações intersetoriais e de fortalecer políticas públicas em prol da melhoria das condições de vida e trabalho de uma comunidade. O espaço rural é mais que a dimensão agrícola, é valorização de memória e de reconhecimento de oportunidades que estimulam a economia local. Desenvolver o respeito por esse sistema vivo e complexo, possuidor de direitos, aproxima a agroecologia da saúde em seu conceito mais amplo e apresenta caminhos alternativos de modo de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio recebido do Ministério Público do Trabalho (MPT), uma vez que o “Projeto foi custeado com destinação do Ministério Público do Trabalho de valores pagos por empresa que descumpriu normas trabalhistas – Ação Civil Pública nº. 0100263- 41.2021.5.01.0005” e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

Copyright (©) 2-23 Valéria dos Santos Pinto da Silva, Élide de Albuquerque Campos, Vanessa Índio do Brasil da Costa, Fernanda de Albuquerque Melo Nogueira, Ubirani Otero, Marcia Sarpa.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO-PINTO, Mariana de. **Aplicações e limites do modelo FPEEEA (OMS) na caracterização dos riscos relacionados ao uso de agrotóxicos na atividade agrícola do Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.
- BARCELLOS, Christovam e QUITÉRIO, Luiz Antônio Dias. Vigilância ambiental em saúde e sua implantação no Sistema Único de Saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 40. n. 1, p.170-177, 2006.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **O que é a agricultura familiar? Vitr Da Agric Fam 2019**. Disponível em: <http://vitrine.mda.gov.br/o-que-e-a-agricultura-familiar>. Acesso em: 2 de novembro, 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Agrotóxicos na ótica do Sistema Único de Saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
- BRASIL. Decreto 7.792/12. **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)**, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Redes de Produção de Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde; 2009.
- BRASIL. Lei 11.326/06. **Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**.
- BRIGGS David J. A framework for integrated environmental health impact assessment of systemic risks. **Environ Health**, v. 7, artigo 61, 2008.
- BURALLI, Rafael J. et.al. Conhecimentos, atitudes e práticas de agricultores familiares brasileiros sobre a exposição aos agrotóxicos. **Saúde e Sociedade** [online], v. 30, n. 4, p. 01-13, 2021.
- BÚRIGO, André C.; PORTO, Marcelo F. de S. Trajetórias e aproximações entre a saúde coletiva e a agroecologia. **Saúde em Debate** [online]. v. 43, n. 8, p.248-262, 2019.
- DIEDRICH, Gisele E; BIONDO, Elaine; BULHÕES, Flávia M. Agroecologia e Bem Viver como modo de vida e como modelo sustentável de produção agrícola e de consumo de alimentos. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 3, jul/set, p. 230-255, 2021.
- GIARDINI, Isabela. et.al. Vigilância sanitária em postos de revenda de combustíveis: aplicação de um modelo para integrar ações e promover a saúde do trabalhador. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional** [online], v. 42, p.01-12, 2017.
- GUÉNEAU, Stéphane G E; et. al. A construção das políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 14, n. 2, p. 01-15, 2019.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/casimiro-de-abreu/panorama>. Acesso em: 2 de novembro, 2022.
- KRENAK, Ailton. **Caminhos para a cultura do Bem Viver**, 2020. s.n.t. Disponível em: <https://www.biodiversidadla.org/Recomendamos/Caminhos-para-a-cultura-do-Bem-Viver>. Acesso em 20 de outubro de 2022.
- NOGUEIRA, Fernanda de A M; LANDMANN, Celia S; DAMACENA, Giseli N. Condições de vida, trabalho e acesso aos serviços de saúde em trabalhadores agrícolas e não agrícolas. **Ciência e saúde coletiva**. v. 26, (supl. 3), p. 5187-5200, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Resolution adopted by the General Assembly on 20 December 2017.** A/RES/73/239. 2017 Disponível em: <https://daccess-ods.un.org/access.nsf/Get?OpenAgent&DS=A/RES/73/239&Lang=E> . Acesso em: 27 set 2023.

PERES, Frederico et. al. Percepção das condições de trabalho em uma tradicional comunidade agrícola em Boa Esperança, Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 4, p. 1059-1068, 2004.

QUINTINO, Nayara D **Vigilância em saúde dos trabalhadores: potencialidades da matriz FPEEEA.** Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

REIS, Marcelo M et. al. Conhecimentos, atitudes e práticas de agricultores sobre o processo de produção de tabaco em um município da Região Sul do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 5, p. 1-14, 2017.

RIGOTTO, Raquel M. Saúde Ambiental & Saúde dos Trabalhadores: uma aproximação promissora entre o Verde e o Vermelho. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 6, n. 4, p. 388-404, 2003.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 8625, de 18 de novembro de 2019. **Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, de Agroecologia e de Produção Orgânica no Estado do Rio de Janeiro.** Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

RIO DE JANEIRO. Lei orçamentária nº 9822/2022.

SOBRAL, André; FREITAS Carlos M. Modelo de organização de indicadores para operacionalização dos determinantes socioambientais da saúde. **Saúde e Sociedade** [online], v. 19, n. 1, p. 35-47, 2010.